

# WORKSHOP

As bases legais e hipóteses  
de tratamento de dados  
pessoais da LGPD



omnisblue

# AGENDA

- ▶ **Resumo sobre LGPD e a adequação à Lei**
- ▶ **Hipóteses de tratamento de dados da LGPD**



# Adilson Taub Junior

CIO/CTO  
DPO certified

20+ years of experience, helping  
companies solve problems with  
the right tools

## Contatos



/in/ataubjr/



adilsontj@omnisblue.com

## Acadêmico



### Master of Business Administration (MBA)

Gestão Estratégica de Negócios

### Formação Executiva

Compliance Empresarial (FGV)

### Pós-graduação

Engenharia de Software

### Graduação

Processamento de Dados

## Certificações



### Privacy & Security Management

Data Protection Officer (DPO)  
Privacy and Data Protection Practitioner  
Privacy and Data Protection Foundation  
Information Security (ISO/IEC 27.001)



### IT Governance and Service Management

IT Service Management (ISO/IEC 20.000)  
ITIL V3 Fdn. Certified  
COBIT 4.1 Fdn. Certified  
ITIL V2 Fdn. Certified



### Software Engineering

Professional Scrum Product Owner (PSPO I)  
Professional Scrum Master (PSM I)  
Certified Scrum Professional  
Certified ScrumMaster  
Kanban Foundation KIKF  
IBM Certified Solution Designer (RUP)  
Certified Expert in BPM

## Mapa de habilidades



Comunicação e Oratória	<div></div>
Gestão e Governança de TI	<div></div>
Engenharia de Software (ALM)	<div></div>
BPM	<div></div>
Metodologias Ágeis	<div></div>
Gestão de Projetos	<div></div>
Compliance	<div></div>
LGPD/GDPR	<div></div>
Setor Público	<div></div>



# O QUE É A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

E quais são seus principais  
parâmetros



# OS DADOS PESSOAIS



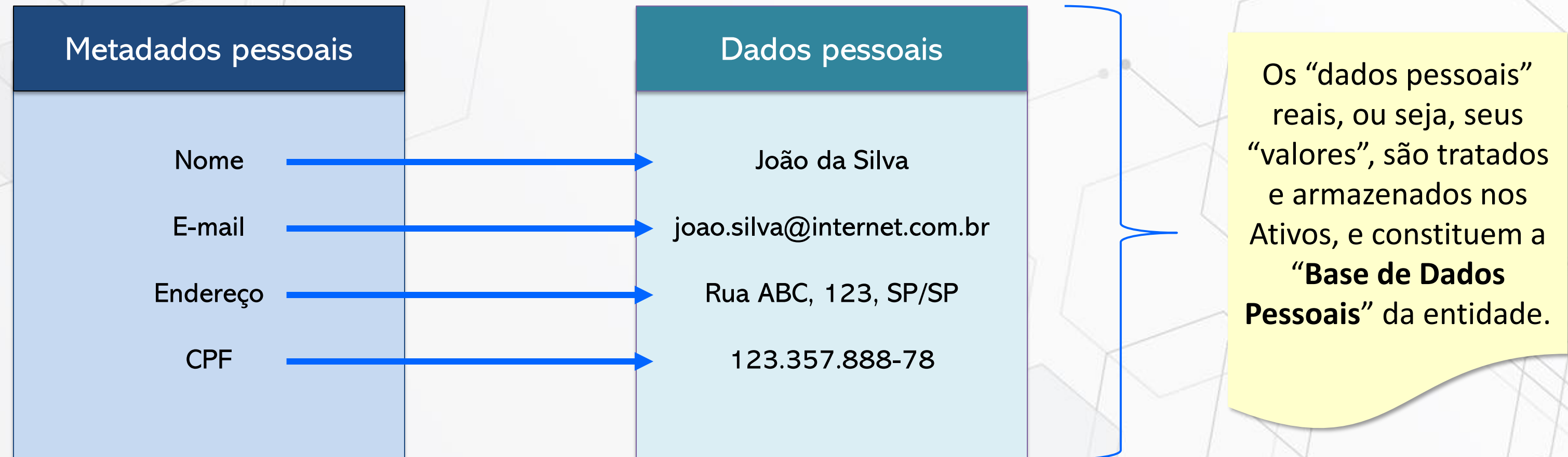
Nome  
CPF  
RG  
Sexo  
Data de nascimento  
Endereço  
E-mail  
....

**Dado pessoal:**  
informação relacionada a  
pessoa natural  
identificada ou  
identificável.  
(LGPD, Art. 5º)



# DADOS E METADADOS PESSOAIS

Em um projeto de adequação à LGPD, inicialmente, o foco são os **metadados pessoais** e não o **valor** desses dados.







# PRIVACIDADE

“São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.”

Constituição Federal, Art. 5º, inciso X



# OBJETIVO DA LGPD



**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, *inclusive nos meios digitais*, por pessoa natural ou por *pessoa jurídica de direito público* ou privado, com o objetivo de *proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade* e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

- ▶ Promulgada em 14 de agosto de 2018
- ▶ Em vigor desde 18 de setembro de 2020
- ▶ Sanções começaram a ser aplicadas em 01 de agosto de 2021





# O ESCOPO DA LGPD



**LGPD**

É necessário **justificar** todos os tratamentos de Dados Pessoais que você realiza e encontrar **bases legais** que sustentem as rotinas de coleta, processamento, armazenamento e distribuição desses dados

Deverá se implementar medidas administrativas e técnicas de **segurança da informação**, para garantir a **Confidencialidade, Integridade e Disponibilidade** dos Dados Pessoais que você usa

Por fim, é preciso implantar **novos controles** operacionais e **modificar suas rotinas** atuais visando atender a todos os novos parâmetros legais em vigor, incluindo gerenciar os **Direitos dos Titulares**

# OS PAPÉIS PREVISTOS NA LGPD



## Titular de Dados

- Pessoa física identificável
- É quem a LGPD busca garantir a privacidade
- Proprietária dos dados em tratamento



## Controlador

- Pessoa física ou jurídica que é o maior responsável pelos dados dos Titulares
- É quem define as regras de segurança



## Operador

- Pessoa física ou jurídica que realiza o tratamento de dados (ou parte dele) a pedido do Controlador
- Deve se adequar às regras definidas pelo Controlador



## Encarregado (DPO)

- Ponto focal da LGPD dentro de um Controlador ou Operador
- Garante a adequada execução das rotinas de segurança
- Atende os Titulares e a ANPD

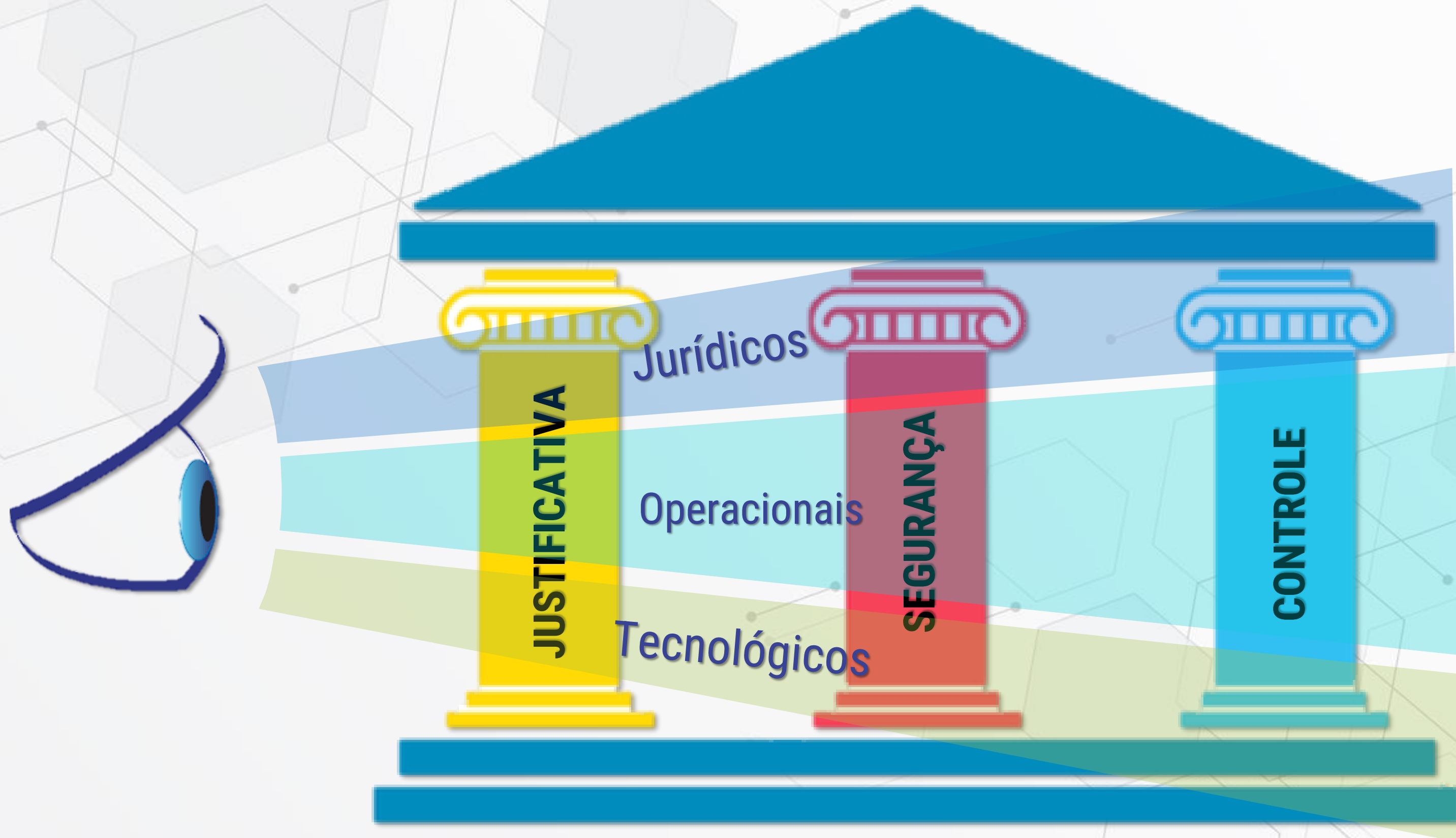


## ANPD

- Órgão Federal que regulamenta a LGPD e garante sua execução
- Audita Controladores e Operadores
- Aplica sanções



# OS PILARES DE ADEQUAÇÃO À LGPD



# SANÇÕES POR DESCUMPRIMENTO



**Art. 52** Os agentes de tratamento de dados, em razão das infrações cometidas às normas previstas nesta Lei, ficam sujeitos às seguintes sanções administrativas aplicáveis pela autoridade nacional:

- i. **advertência**, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas;
- ii. **multa simples**, de até 2% (dois por cento) do faturamento no seu último exercício totalizando até R\$ 50.000.000,00 por infração;
- iii. **multa diária**, observado o limite total da multa simples;
- iv. **publicização da infração**;
- v. **bloqueio dos dados pessoais**;
- vi. **eliminação dos dados pessoais**;
- vii. **suspensão parcial do funcionamento do banco de dados**;
- viii. **suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais**;
- ix. **proibição parcial ou total das atividades de tratamento de dados**.



# SANÇÕES POR DESCUMPRIMENTO

FICANDO MADURA

## Decisões judiciais relacionadas à LGPD cresceram 81% neste ano

24 de dezembro de 2023, 9h52

Leis Tecnologia

A **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)** vem sendo cada vez mais adotada pelos tribunais. O número de decisões judiciais em que dispositivos da norma foram usados de forma relevante teve um aumento de 81,4% entre 2022 e 2023.



*Estudo constatou uso relevante da lei em 1.206 decisões neste ano, contra 665 no ano passado*

creativeart/freepik

É isso o que mostra o resultado parcial da pesquisa Painel LGPD, que identificou 1.206 decisões do tipo neste ano, contra 665 no ano passado. O total anual mais recente é superior ao quádruplo do identificado em 2021 (274 decisões).

O estudo foi promovido por pesquisadores do Instituto

Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), com apoio da ferramenta Jusbrasil. A pesquisa busca avaliar como a LGPD vem sendo aplicada pelos tribunais brasileiros.





# AS BASES LEGAIS E HIPÓTESES DE TRATAMENTO DE DADOS

E como isso está previsto  
na LGPD



# PRINCÍPIOS A SEREM OBSERVADOS

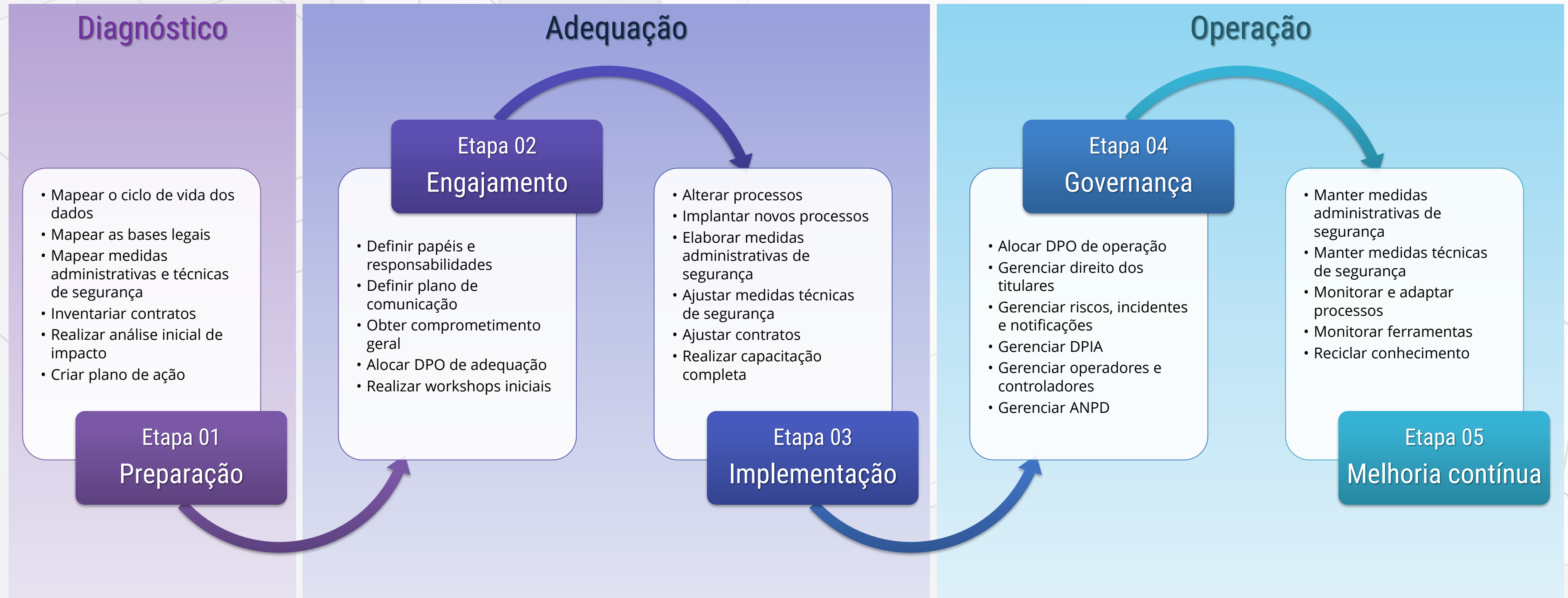


**Art. 6º** As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios:

- i. **finalidade**: só se pode realizar tratamento de dados pessoais para fins explícitos e específicos, informados ao Titular de Dados;
- ii. **adequação**: uma vez definido um fim, o mesmo dado pessoal não pode ser utilizado para outro fim;
- iii. **necessidade**: só podemos utilizar o mínimo de dados necessários para cumprir a finalidade do tratamento;
- iv. **livre acesso**: os titulares devem ter facilidades para consultar, gratuitamente, detalhes sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;
- v. **qualidade dos dados**: cabe ao Controlador garantir a exatidão e integridade dos dados do Titular;
- vi. **transparência**: os titulares devem ter facilidades para consultar, gratuitamente, detalhes sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento;
- vii. **segurança**: cabe ao Controlador fazer uso de medidas técnicas e administrativas para proteger os dados;
- viii. **prevenção**: cabe ao Controlador adotar medidas para prevenir a ocorrência de incidentes envolvendo os dados;
- ix. **não discriminação**: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;
- x. **responsabilização e prestação de contas**: cabe ao Controlador comprovar o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia de suas medidas de segurança.

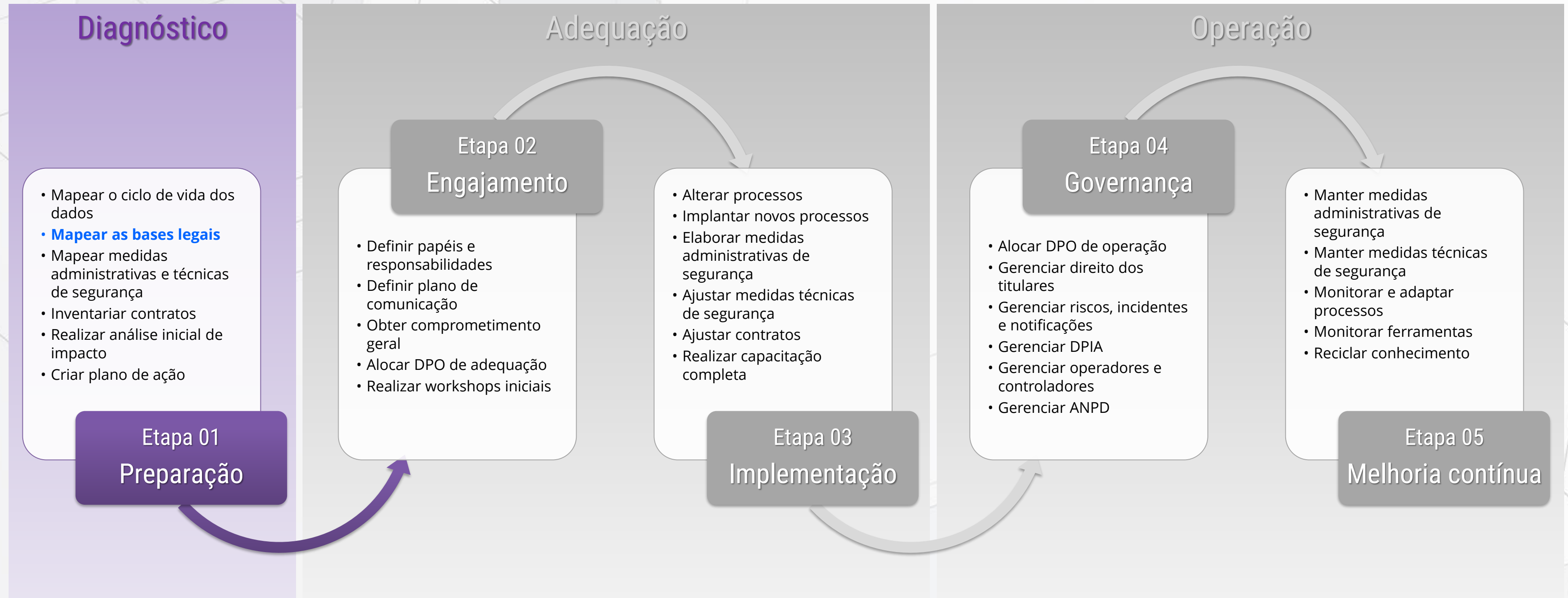


# ETAPAS DE IMPLEMENTAÇÃO DE UM SGPD





# ETAPAS DE IMPLEMENTAÇÃO DE UM SGPD



# DIAGNÓSTICO

## 1. PREPARAÇÃO



**Principal Objetivo da Etapa:** Elaborar o *Plano de Ação* com atividades claras e objetivas que deverão ser executadas posteriormente para garantir a adequação do controlador à LGPD.

Perguntas que devemos responder nessa etapa:

- Quais Dados Pessoais utilizamos e como eles trafegam por nossas rotinas?
- Por que utilizamos esses Dados Pessoais e como justificamos isso?
- Utilizamos apenas os Dados Pessoais minimamente necessários para cumprir nossos objetivos?
- Quais são os compromissos que nossa empresa assume em relação à privacidade e segurança de dados?
- Quais os níveis de Confidencialidade, Integridade e Disponibilidade dos nossos Ativos de Informação?
- Como está nosso website corporativos em relação à LGPD?
- Temos um DPO?
- Sob quais riscos de privacidade estamos atuando hoje? Como tratá-los?
- O que temos que fazer para cobrirmos as lacunas em relação à LGPD?



# PASSO 01

## ENCONTRAR OS DADOS PESSOAIS

### Mapear os processos de negócio

- Usar modelagem BPMN
- Identificar atores
- Determinar objetivo e responsável de cada processo

### Inventariar seus Ativos

- Classificar o tipo (físico ou eletrônico)
- Detalhar quem mantém o Ativo
- Associar aos processos de negócio
- **Envolvimento do time de TI**

### Inventariar seus Artefatos e Dados

- Artefatos são documentos (físicos ou eletrônicos) que circulam pelos Ativos (devem ser associados)
- Dados pessoais estão dentro de Artefatos e podem ser reutilizados em vários artefatos

### Classificar seus Dados Pessoais

- A LGPD classifica os dados pessoais em “normais” ou “sensíveis”
- O Decreto Federal 10.046 estende essa classificação e pode ser utilizado em conjunto

# PASSO 02

## JUSTIFICAR OS TRATAMENTOS DE DADOS



### Elencar cada tratamento de dado

- Um processo pode ter “n” tratamentos em execução
- Identificar os detalhes sobre o ciclo de vida dos dados para cada tratamento
- Identificar parâmetros adicionais (como o uso de operadores, dados de crianças, compartilhamento e rotinas automatizadas)



### Classificar as hipóteses

- Utilizar os incisos definidos no Art. 7º para dados normais
- Utilizar os incisos definidos no Art. 11º para dados sensíveis
- **Envolvimento do time jurídico**



### Associar fundamentos legais

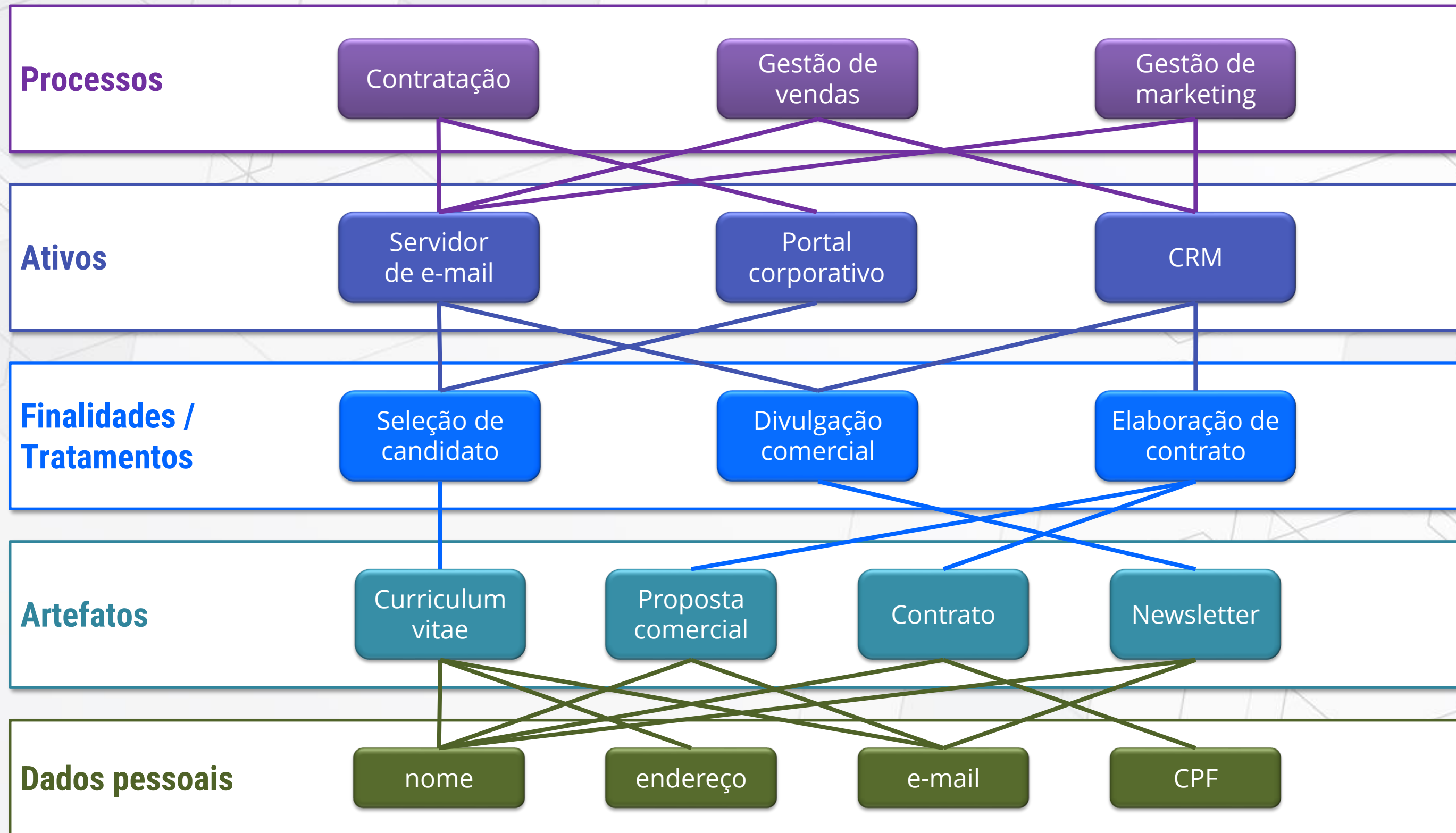
- Algumas hipóteses de tratamento podem exigir a indicação de fundamentos legais adicionais para justificar cada tratamento de dados
- **Envolvimento do time jurídico**



### Analisar o princípio da Necessidade

- Para cada tratamento inventariado, é necessário indicar quais artefatos são utilizados e, dentro desses artefatos, quais dados pessoais são **REALMENTE** necessários para cumprir a finalidade do tratamento de dados
- **Envolvimento do time jurídico**

# HIERARQUIA DA INFORMAÇÃO PESSOAL





# FINALIDADES DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Cada processamento de um Dado Pessoal (que ocorre por um motivo específico), pode ser considerado uma **Finalidade de Tratamento de Dados Pessoais**, que deve ser detalhada corretamente, especificando:

- Quais artefatos e dados pessoais são utilizados na rotina e em quais ativos de informação
- Origem e destino da informação
- Se é executado por um Operador (e quem é o Operador)
- Se realiza Dados Pessoais (e com quem se compartilha)
- Se é uma rotina automatizada (sem intervenção humana)
- Se trata dados de crianças e adolescentes
- Se os dados são descartados ao final, e qual o período de retenção
- Qual a base legal que justifica/sustenta o tratamento de dados



# EXEMPLO DE INVENTÁRIO DE DADOS PESSOAIS (1/2)

- **Processo de Negócio:** Admissão de Colaborador
- **Objetivo do processo:** Realizar a contratação de um novo colaborador para o quadro da entidade, disponibilizando mais força de trabalho a um determinado time de trabalho
- **Ativos de Informação envolvidos:** e-mail, ERP, WhatsApp
- **Artefatos envolvidos:** Curriculum, e-mail de agendamento de entrevista, contrato de prestação de serviços, crachá, carteirinha de plano de saúde
- **Dados pessoais envolvidos:** Nome, data de nascimento, endereço de e-mail, endereço residencial, telefone, dados bancários, tipo sanguíneo, histórico médico





# EXEMPLO DE INVENTÁRIO DE DADOS PESSOAIS (2/2)

## Processo de Negócio: Admissão de Colaborador

### Finalidade #01

#### Seleção de candidato

- **Ativo utilizado:** e-mail
- **Artefato utilizado:** Curriculum
- **Dados pessoais tratados:** Nome, data de nascimento, telefone, e-mail, endereço residencial
- **Hipótese de tratamento:** Legítimo interesse do Controlador (**Art. 7º, inciso IX**)
- **Tempo de armazenamento:** 12 meses
- **Compartilha dados com terceiros:** Não
- **Usa operador:** Não
- **Trata dados de crianças ou adolescentes:** Não

### Finalidade #02

#### Contratação

- **Ativo utilizado:** Folha de Pagamento, eSocial, ERP
- **Artefato utilizado:** Contrato de Trabalho
- **Dados pessoais tratados:** Nome, data de nascimento, telefone, e-mail, endereço residencial, dados bancários, CPF, PIS
- **Hipótese de tratamento:** Execução de Contratos (Art. 7º, inciso V)
- **Tempo de armazenamento:** 5 anos após demissão
- **Compartilha dados com terceiros:** SIM: Receita Federal, via eSocial
- **Usa operador:** SIM: Terceirizado da Contabilidade
- **Trata dados de crianças ou adolescentes:** Não

### Finalidade #03

#### Convite para festas

- **Ativo utilizado:** e-mail, Whatsapp
- **Artefato utilizado:** Convite
- **Dados pessoais tratados:** Nome, telefone, e-mail
- **Hipótese de tratamento:** Consentimento do Titular (Art. 7º, inciso I)
- **Tempo de armazenamento:** N/A
- **Compartilha dados com terceiros:** Não
- **Usa operador:** Não
- **Processo de consentimento:** XPTO
- **Trata dados de crianças ou adolescentes:** Não

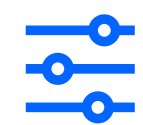




# QUANDO UTILIZAR CADA UMA DAS HIPÓTESES PREVISTAS NA LGPD



# AS HIPÓTESES DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS



Cada Finalidade de Tratamento de Dados Pessoais deve ter uma **Hipótese de Tratamento** associada, de acordo com os Artigos 7º e 11º da LGPD:

- ✓ Cumprimento de obrigação legal ou regulatória
- ✓ Execução de políticas públicas
- ✓ Realização de estudos e pesquisas
- ✓ Execução de contrato
- ✓ Processos judiciais, administrativos ou arbitrais
- ✓ Proteção da vida
- ✓ Tutela de saúde
- ✓ Proteção de crédito
- ✓ Proteção contra fraudes
- ✓ Legítimo interesse do controlador
- ✓ Consentimento explícito



# CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO LEGAL OU REGULATÓRIA

Utilizada quando há um dispositivo legal externo (fundamento legal) que obriga o Controlador a executar a rotina de tratamento de dado pessoal associado

## Exemplo:

- *Processo de negócio*: Realizar pagamentos
- *Finalidade de tratamento*: Pagar salário de colaborador
- *Artefatos utilizados*:
  - Ordem bancária: Nome | CPF | Dados bancários | Valor do salário
  - Comprovante de pagamento: Nome | Dados bancários | Valor do salário
  - Registro de evento no eSocial: Nome | CPF | Valor pago
- *Hipótese associada*: Art. 7º inciso II ou Art. 11º inciso II, alínea "a"
- *Fundamento legal associado*: Decreto-Lei nº 5.452/43 (CLT), Art. 465  
*"O pagamento dos salários será efetuado em dia útil e no local do trabalho, dentro do horário do serviço ou imediatamente após o encerramento deste, salvo quando efetuado por depósito em conta bancária, observado o disposto no artigo anterior."*

## Regras:

- Requer, obrigatoriamente, o apontamento de qual **Fundamento Legal** está associado (Lei, Decreto, Portaria etc.)
- Permite o tratamento de dados pessoais sensíveis
- Pode ser utilizado por entes públicos ou privados





# EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Utilizada pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres

## Exemplo:

- *Processo de negócio:* Implementar programa “Internet para todos”
- *Finalidade de tratamento:* Cadastrar usuário rural
- *Artefatos utilizados:*
  - Cadastro de usuário: Nome | CPF | Endereço
  - Login de usuário: e-mail | senha
- *Hipótese associada:* Art. 7º inciso III ou Art. 11º inciso II, alínea “b”
- *Fundamento legal associado:* Portaria Estadual 999/25, Art. 3º

*“O acesso ao programa Internet para Todos ocorrerá mediante cadastro pessoal e intransferível de um representante adulto da moradia rural, onde se identifique, individualmente, a pessoa natural responsável por guardar o login e senha de acesso ao programa.”*

## Regras:

- Requer, obrigatoriamente, o apontamento de qual **Fundamento Legal** está associado (Lei, Decreto, Portaria etc.)
- Requer que o tratamento ainda cumpra todos os requisitos estabelecidos nos Artigos 23 a 30 da LGPD
- Permite o tratamento de dados pessoais sensíveis
- Pode ser utilizado apenas por entes públicos



# REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS

Utilizada por órgãos de pesquisa para a realização de estudos

## Exemplo:

- *Processo de negócio*: Realizar pesquisa de intenção eleitoral
- *Finalidade de tratamento*: Compilar respostas de entrevistados
- *Artefatos utilizados*:
  - Formulário de resposta: Nome\* | Idade | Candidato | Gênero/Sexo\*
- *Hipótese associada*: Art. 7º inciso IV ou Art. 11º inciso II, alínea "c"

## Regras:

- Só pode ser utilizada por órgãos de pesquisa (públicos ou privados)
- Permite o tratamento de dados pessoais sensíveis
- Define que, sempre que possível, deve-se anonimizar os dados pessoais tratados, principalmente os sensíveis



# EXECUÇÃO DE CONTRATOS

Utilizada quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados

## Exemplo:

- *Processo de negócio:* Realizar venda
- *Finalidade de tratamento:* Elaborar proposta comercial
- *Artefatos utilizados:*
  - Proposta comercial: Nome do cliente | e-mail do cliente | Nome do vendedor | e-mail do vendedor | assinatura do vendedor
- *Hipótese associada:* Art. 7º inciso V

## Regras:

- Não permite o tratamento de dados pessoais sensíveis
- Deve ser utilizado sempre observando os interesses do Titular de Dados
- Pode ser utilizado por ente público ou privado





# PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS E ARBITRAIS

Utilizada para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral

## Exemplo:

- *Processo de negócio*: Gerenciar reclamações na ouvidoria
- *Finalidade de tratamento*: Segmentar reclamações e dar primeiro atendimento
- *Artefatos utilizados*:
  - Formulário de reclamação: Nome do reclamante | e-mail do reclamante | Nome do colaborador envolvido
- *Hipótese associada*: Art. 7º inciso VI ou Art. 11º inciso II, alínea "c"

## Regras:

- Permite o tratamento de dados pessoais sensíveis
- Pode ser utilizado por ente público ou privado
- Quando se tratar de processo arbitral, deve-se observar os dispostos na Lei nº 9.307/96 (Lei da Arbitragem)



# PROTEÇÃO DA VIDA

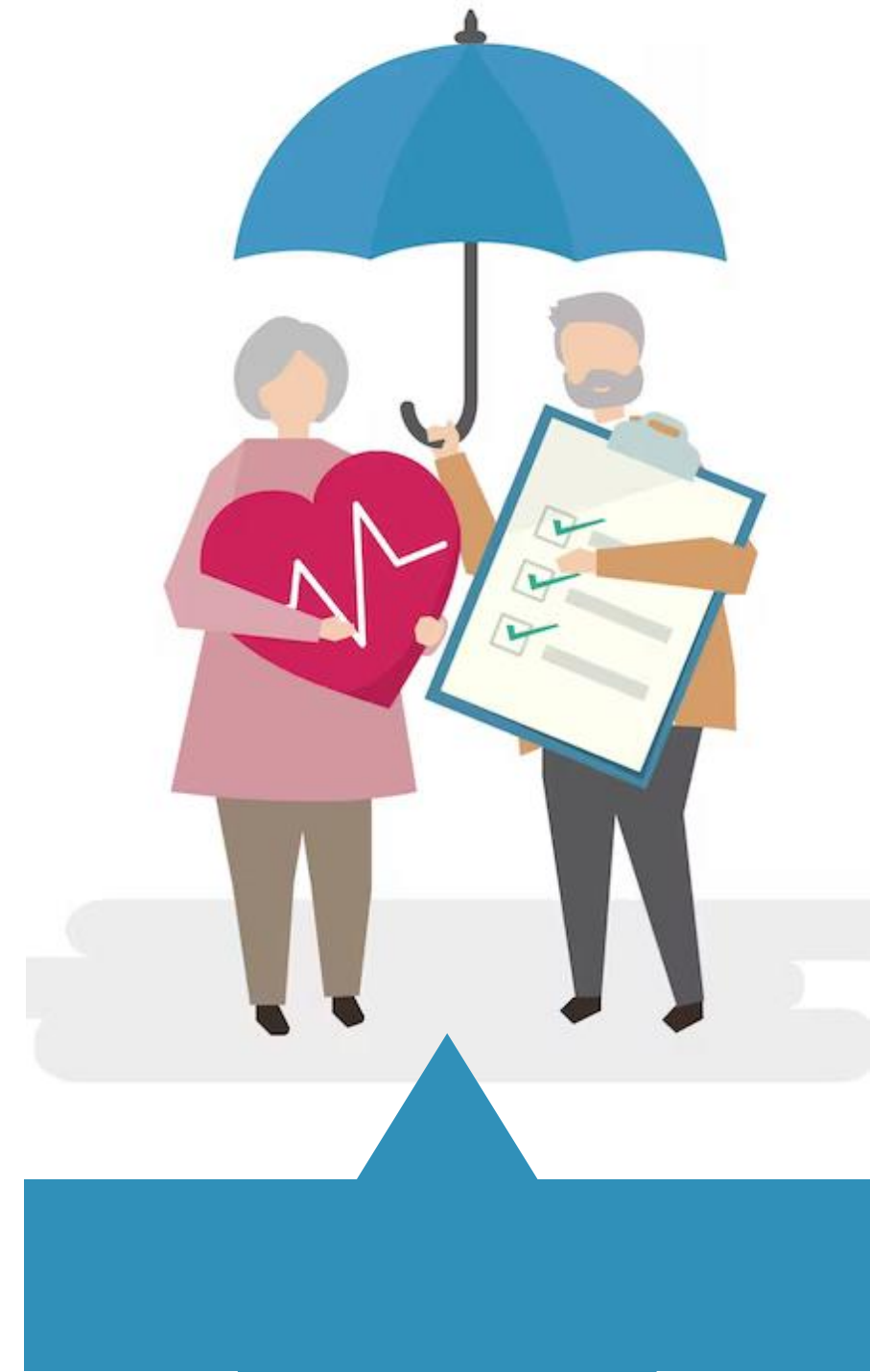
Utilizada para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro

## Exemplo:

- *Processo de negócio*: Evacuação em caso de emergência
- *Finalidade de tratamento*: Listar envolvidos e checar presença
- *Artefatos utilizados*:
  - Formulário de ocorrência: Nome do colaborador | departamento de lotação
- *Hipótese associada*: Art. 7º inciso VII ou Art. 11º inciso II, alínea “e”

## Regras:

- Permite o tratamento de dados pessoais sensíveis
- Pode ser utilizado por ente público ou privado



Utilizada por profissionais da saúde para a tutela da saúde, considerando todas as etapas de atendimento, pronto atendimento, exames, procedimentos cirúrgicos ou farmacêuticos e odontológicos

## Exemplo:

- *Processo de negócio:* Realizar pronto atendimento
- *Finalidade de tratamento:* Atualizar prontuário de triagem do paciente
- *Artefatos utilizados:*
  - Prontuário médico: Nome do paciente | idade do paciente | gênero/sexo do paciente | temperatura corporal | dados PCD | pressão arterial
- *Hipótese associada:* Art. 7º inciso VIII ou Art. 11º inciso II, alínea “f”

## Regras:

- Permite o tratamento de dados pessoais sensíveis
- Pode ser utilizado por ente público ou privado
- Só pode ser utilizada em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária
- Quando os dados forem compartilhados com outros agentes que não sejam profissionais de saúde, deve-se utilizar o consentimento do Titular de Dados





# PROTEÇÃO DE CRÉDITO

Utilizada para a análise de crédito de consumidores, como consulta de cadastro negativo de consumidores que é previsto no Código de Defesa do Consumidor (CDC)

## Exemplo:

- *Processo de negócio:* Realizar empréstimo
- *Finalidade de tratamento:* Verificar solvência e risco de crédito para empréstimo
- *Artefatos utilizados:*
  - Cadastro negativo: Nome do cliente | cpf do cliente | nível de solvência do cliente
- *Hipótese associada:* Art. 7º inciso X

## Regras:

- Não permite o tratamento de dados pessoais sensíveis
- Pode ser utilizado por ente público ou privado
- Geralmente utilizada por entidades financeiras
- Deve ser utilizada ainda se observando os demais direitos do Titular de Dados



# PROTEÇÃO CONTRA FRAUDES

Utilizada para identificação e autenticação de cadastro de sistemas eletrônicos visando a proteção dos interesses do Titular de Dados contra fraudes

## Exemplo:

- *Processo de negócio:* Consultar extrato bancário
- *Finalidade de tratamento:* Verificar autenticidade de login de usuário
- *Artefatos utilizados:*
  - Cadastro do usuário: Nome do cliente | chave de acesso do cliente | biometria facial do cliente
- *Hipótese associada:* Art. 11º inciso II, alínea "g"

## Regras:

- Exclusivo para o tratamento de dados pessoais sensíveis (biométricos)
- Pode ser utilizado por ente público ou privado
- Deve ser utilizada ainda se observando os demais direitos do Titular de Dados



# LEGÍTIMO INTERESSE DO CONTROLADOR

Utilizada para casos onde o tratamento de dados visa atender aos interesses do controlador, em especial sobre a promoção de suas atividades

## Exemplo:

- *Processo de negócio:* Admissão de novo colaborador
- *Finalidade de tratamento:* Análise de curriculum vitae
- *Artefatos utilizados:*
  - Curriculum vitae: Nome | cpf | idade | e-mail | endereço | histórico profissional | conhecimentos técnicos
- *Hipótese associada:* Art. 7º inciso IX  
*"A triagem de CV visa dar agilidade ao processo de admissão buscando encontrar candidatos compatíveis com a descrição da vaga. O Titular de Dados se beneficia com esse tratamento uma vez que se candidatou por vontade própria e também não quer perder tempo em entrevistas improdutivas, onde ele não tem chances reais de prosseguir no processo de contratação."*

## Regras:

- Não permite o tratamento de dados pessoais sensíveis
- Pode ser utilizado por ente público ou privado
- Deve ser utilizada ainda se observando os interesses do Titular de Dados e eventuais riscos
- Deve ser sempre acompanhado de uma descrição do interesse do Controlador e dos benefícios obtidos pelo Titular de Dados
- Já foi alvo de definições por parte da ANPD





# CONSENTIMENTO EXPLÍCITO DO TITULAR DE DADOS

Utilizada quando não há outra hipótese que sustente ou justifique o tratamento de dados pessoal



## Exemplo:

- *Processo de negócio:* Cadastro de cliente
- *Finalidade de tratamento:* Atualização da lista de convites de evento beneficente
- *Artefatos utilizados:*
  - Cadastro do usuário: Nome do cliente | e-mail do cliente
- *Hipótese associada:* Art. 7º, inciso I ou Art. 11º inciso I

## Regras:

- Permite o tratamento de dados pessoais sensíveis
- Pode ser utilizado por ente público ou privado
- Obrigatório quando há compartilhamento de dados pessoais entre entes públicos e privados
- Deve ser específico, claro, preciso, datado e com prazo pré-definido
- Quando for solicitado, deve ser destacado de outras cláusulas e ser acompanhado com uma descrição dos impactos na não aceitação do consentimento
- Pode ser revogado como um dos direitos dos Titulares de Dados previstos na LGPD

# DÚVIDAS?





**OBRIGADO!**



/ataubjr



+55 (11) 99339-6156



adilson.taub@omnisblue.com